

# DEZOITO MESES DE GOVERNO MONTORO

Marco Aurélio Garcia

A 15 de novembro de 1982 mais de cinco milhões de eleitores paulistas consagravam o senador Franco Montoro como governador do Estado. Episódio sintomático da fase crepuscular na qual já ingressara o regime militar instituído em 1964, a vitória nas urnas do candidato do PMDB expressava uma esperança de mudança que se traduziu não somente nos elevados contingentes de votos que soube carrear, como, igualmente, na votação obtida pelos candidatos do PT, do PDT e, em grande medida, pelo inconformismo despolitizado de boa parte dos que optaram pela candidatura Jânio Quadros. Não é arriscado afirmar que praticamente dois terços dos paulistas votaram na oposição, ainda que as motivações e os matizes deste sentimento oposicionista fossem os mais diversos.

Passados dois anos do pleito de 1982 e um ano e meio da posse de Franco Montoro já é possível realizar um balanço, ainda que parcial e precário, desta experiência. Para fazê-lo é indispensável partir de três referências: 1) o contexto no qual transcorreram as eleições de 1982; 2) o projeto político do candidato vitorioso no pleito; 3) as condições concretas dentro das quais transcorreram estes dezoito primeiros meses de mandato e que incidiram sobre a implementação (ou não) do programa.

A invocação desses parâmetros parece necessária para evitar (ou minimizar) os efeitos eventualmente deformadores da análise que segue, sobretudo sabendo-se o quão errática é a pretensão de objetividade neste tipo de questões e, particularmente, que o autor, crítico da candidatura do PMDB, apoiou à época o

programa e a chapa do Partido dos Trabalhadores.

Uma última preliminar diz respeito ao tipo de tratamento dado ao objeto em questão. Longe de realizar um julgamento minucioso e sistemático do governo Montoro — o que fugiria ao espírito e ao limite destas notas — procurou-se aqui tematizar alguns de seus problemas centrais tratando de estabelecer nexos com questões políticas chaves para a compreensão de períodos de *transição*, como tem sido chamada esta aparentemente interminável agonia do autoritarismo no Brasil.

\* \* \*

As eleições diretas para governadores em 1982 se inscreviam no projeto de "abertura política" do general Figueiredo, iniciado ainda sob a presidência Geisel. Após a surpreendente vitória da oposição no pleito de 1974, configurou-se aos estrategistas do governo a necessidade de uma auto-reforma do regime que permitisse transitar da ditadura militar legada por Médici a uma democracia controlada.

A urgência desse processo se fazia sentir mais na medida em que o país mergulhava em uma crise econômica de proporções, erodindo a base de sustentação do governo junto às classes dominantes e agravando a exasperação das classes subalternas. Optando pela via "lenta, gradual e segura", a transição do general Geisel se fez de forma tortuosa, cheia de idas e vindas e a própria questão da eleição direta para os governos estaduais, prevista originalmente para

1978, acabou por ser postergada pela adoção do "pacote de abril".

Ao combate institucional da oposição, então agrupada no MDB, acabaram por juntar-se representantes do que passou a ser chamado na época de "sociedade civil", adesão de efeitos importantes para a configuração do perfil partidário, na medida em que permitiu o ingresso (ou reingresso) massivo na política de advogados, jornalistas, professores universitários, enfim, dos mais diversos segmentos da intelectualidade que havia experimentado uma expressiva mudança nos anos precedentes. O episódio da candidatura do professor Fernando Henrique Cardoso ao Senado, em 1978, é um momento significativo deste período.

Mas ao mesmo tempo, e não sem conexões com o anterior, dá-se o aparecimento dos movimentos sociais no cenário das lutas políticas. Sindicalismo "autêntico" e/ou oposições sindicais, movimentos de periferia reivindicando melhores condições de saúde e transporte, lutando por creches, habitação ou contra a carestia, esta emergência traz com um de seus elementos distintivos um forte sentimento e desejo de autonomia, que uma esquerda saída das cinzas e de um longo e cruento período de repressão e estiolada em sua reflexão política tinha dificuldades até mesmo de compreender.

Fenômeno particularmente visível em São Paulo, muito se tem discutido sobre a natureza destes movimentos sociais e sua significação política.<sup>1</sup>

Em termos resumidos, há mais de uma evidência permitindo estabelecer que, movendo-se também no espaço aberto pela crise do regime sobre a qual o MDB, com acertos e erros, operava, esses movimentos sociais, especialmente os localizados na classe operária, criavam através de suas lutas uma identidade própria, forçando os limites da "abertura" e lançando desafios para a maioria das forças que compunham o MDB.

O fato de muitas correntes abrigadas no partido oposicionista — liberais e esquerda 'ortodoxa', entre outros — revelarem escassa sensibilidade para com estas novas dinâmicas sociais fez com que os grupos recentemente aderidos ao MDB tentassem uma mediação entre a base tradicional da frente e as lideranças mais expressivas dos movimentos sociais que já a esta altura se colocavam a questão de uma expressão partidária própria.

Mas o desdobramento das lutas sociais em fins dos anos 70, particularmente a

vaga de greves entre 1978-1980 e a sucessiva recessão e repressão que se abateram sobre o movimento operário mais combativo em São Paulo, contribuíram para a diferenciação dos projetos políticos no campo oposicionista.

O PMDB, surgido da reforma partidária, insiste num perfil frentista, ainda que no seu interior a *frente* seja concebida de distintas maneiras. Ele vê a si próprio como o projeto mais adequado para enfrentar os desafios da transição, subordinando as demandas sociais à resolução da questão institucional maior.

Esta hierarquia entre social e político é subvertida, não sem confusões e contradições, pelas correntes empenhadas na construção do PT. Novas concepções de democracia, pondo ênfase na participação (nem sempre isentas de *basismo* ou de um esquerdismo vanguardista) que marcam a corrente petista em gestação, completam o quadro de dificuldades para a aproximação. Os setores do PMDB abertos aos temas da proposta PT acabam por optar pelo projeto frentista no interior do qual se vêem igualmente abrigados liberais, fisiológicos e a esquerda "ortodoxa", entre outros.

Não é aqui o momento de reconstituir o que esteve em jogo na campanha eleitoral que apresentou para a construção do projeto PT uma importância insuspeita até para seus dirigentes, na medida em que, a pouco andar, o nascente partido se via confrontado com o desafio do porte de uma eleição nacional. Assinale-se, de passagem, que as flutuações políticas do Partido dos Trabalhadores, ilustradas pelo vago utopismo de muitas de suas proposições, traduzidas não raro em uma certa intemperança verbal, fizeram com que os resultados do PT em São Paulo e, especialmente, em outros estados, ficassem não só aquém das expectativas gerais, como do que indicavam as próprias pesquisas no início da campanha e, em alguns casos, até mesmo na metade de outubro.<sup>2</sup>

O "voto útil" que Montoro acabou recebendo do eleitorado popular, parte do qual tinha "o PT no coração", refletia não tanto o temor de ver vencedor o candidato de Maluf, como representava a opção (não isenta de um compreensível conservadorismo) por um programa que possuía maior visibilidade e se mostrava mais exequível.

Coloca-se desde então a questão de saber por que um projeto que se afigurou aos olhos de muitos como realista

<sup>1</sup> Este último aspecto é, entre outros, discutido por CARDO-SO, Ruth, *Movimentos sociais urbanos: balanço crítico*, in SORJ, Bernardo e ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de, *Sociedade e Política no Brasil pós-64*, São Paulo, Brasiliense, 1983, pp. 215-239, EVERS, Tilman, "Identidade, a face oculta dos novos movimentos sociais", in *Novos Estudos CEBRAP*, vol. 2, n.º 4, abril de 1984, pp. 11-23. Ver também CACCIA-BAVA, Silvio, *Cotidiano e movimentos sociais*, tese de mestrado em Ciência Política, São Paulo, USP, 1983, p. 217.

<sup>2</sup> Alguns desses problemas foram tratados em forma (auto)crítica em GARCIA, Marco Aurélio, "A crise e os caminhos da transição", revista *Desvios*, n.º 2, agosto de 1983, pp. 18-29 e "A cruzada anti-PT do professor Acácio", in *Presença* — revista de política e cultura, n.º 3, maio de 1984, pp. 67-74. Nos dias seguintes às eleições, Paulo Sérgio Pinheiro publicou na página 3 da *Folha de São Paulo* uma sugestiva e pertinente análise do resultado eleitoral intitulado "O PT e o novo total".

acabou por ser abandonado ou aplicado de forma canhestra neste ano e meio de administração Montoro.

### O discreto encanto da proposta Montoro

Frente à corrupção e ao arbítrio de quase vinte anos de autoritarismo que havia em São Paulo, com o malufismo engendrando sua expressão talvez mais perversa, o PMDB se apresentava aos eleitores com uma proposta simples mas suficientemente atraente, estruturada em torno da tríade *participação, descentralização e criação de empregos*.

Na idéia de *participação* estava embutido o esboço de um projeto alternativo de democracia possível que apontava para a necessidade de incorporação de amplos segmentos da sociedade num processo de democratização do Estado. Processo que se fazia tão mais necessário quando se tem presente a utilização predatória e despótica da máquina do Estado durante a administração Maluf. Os exemplos vão das milhares de rosas distribuídas para seduzir familiares dos futuros integrantes do Colégio Eleitoral até os 500 milhões de dólares dispendidos numa inútil prospecção de petróleo.

A *descentralização* complementava o projeto democrático do PMDB, sugerindo conseqüentes efeitos econômicos e sociais. Era o corolário administrativo do projeto político de participação e vinha acompanhado de recorrentes referências às "pequenas obras" cuja somatória seria a "grande obra" do novo governo. Não é difícil ver nessas fórmulas um misto de comunitarismo muito ao gosto democrata-cristão, com modernos apelos do gênero *small is beautiful*.

Finalmente, a *geração de empregos*, vinha ao encontro das angústias de centenas de milhares de trabalhadores jogados às ruas pela recessão.

Em suma, o programa Montoro tinha a virtude de apontar para a necessidade de dar respostas também a nível regional para problemas originados essencialmente na esfera federal, ainda que as responsabilidades estaduais fossem detectadas e criticadas. Montoro foi sempre categórico ao apontar para as potencialidades econômicas e políticas de São Paulo — "a segunda economia da América Latina, depois da brasileira", como não se fartava em repetir — como base para pensar as saídas regionais para a crise.<sup>3</sup>

### Movimentos sociais & participação

Descontadas as dificuldades objetivas que se antepuseram à aplicação do programa do candidato Montoro neste primeiro ano e meio de governo, é forçoso reconhecer que os resultados até agora obtidos foram medíocres.

Não pode ser omitido, evidentemente, o fato de que o governo federal, logo após as eleições, adotou uma série de medidas no plano da política econômica que fizeram o país enveredar definitivamente, e de forma acelerada, no caminho da recessão, sobretudo a partir dos acordos estabelecidos com o Fundo Monetário Internacional.

As conseqüências foram imediatas. A recessão acarretou uma retração da receita estadual que se combinou explosivamente com o vultoso endividamento do Estado de São Paulo deixado pela administração Maluf-Marin. Grande parte dos recursos orçamentários ficaram assim comprometidos, o que seria apresentado como explicação para a política de arrocho adotada *vis-à-vis* do funcionalismo público.

A nova administração não assumiu, no entanto, uma posição mais clara de denúncia e resistência frente às pressões da Secretaria do Planejamento da Presidência da República, talvez na esperança de poder obter a liberação de recursos federais despoticamente controlados por Delfim Netto.

Mas a degradação das condições de vida, que o desemprego crescente só veio acelerar, fez com que já nos primeiros dias de seu governo, Montoro se visse confrontado com movimentos de contestação marcados pela espontaneidade e violência. Queima de ônibus, e mais tarde de trens, além de saques, são indícios do nível de exasperação dos segmentos sociais mais penalizados pela crise.

O governo oscila entre a paralisia e a repressão e já nos primeiros dias faz intervir o que sarcasticamente passou a ser chamado de "cassetetes democráticos".

O imobilismo frente à "disfuncionalidade" dessas manifestações, que se traduz na incapacidade de dar soluções rápidas às demandas dos desempregados (passe desemprego nos transportes, isenção de pagamento das contas de luz, água, etc.) é compensado por explicações de tipo conspirativo, que pretendem reduzir os movimentos à ação de provocadores "de direita" ou "de esquerda", servindo

<sup>3</sup> "Utilizaremos os imensos recursos de São Paulo na geração de novos empregos, na ativação da economia e na justa distribuição dos bens sociais para que haja saúde para todos, escola para todos, casa e transporte condignos para todos. São Paulo tem recursos suficientes. É preciso saber usá-los". Declaração do candidato Franco Montoro no debate Rede Globo-O Estado, publicada no "Suplemento Especial" de *O Estado de São Paulo*, 15 de agosto de 1982, p. 2 (os grifos são meus, M. A. G.).

malignos projetos de desestabilização do governo e oferecendo pretexto para uma intervenção federal no Estado.

Os "excessos" do aparelho repressivo tornam-se rotina: no enfrentamento dos desempregados em 1983, na greve de 21 de julho do mesmo ano, nas insólitas incursões policiais aos *campi* da UNESP e USP, em Vila Socó, e, mais recentemente, no melancólico episódio do cerco e posterior evacuação dos desempregados que haviam ocupado a sede do SINE em São Paulo, para não citar a conduta da PM durante a greve dos bóias-frias.

Esta incapacidade de enfrentar positivamente as demandas dos movimentos, que compromete o item participação da proposta Montoro, reflete, no entanto, um complexo equilíbrio de forças e um choque de concepções no interior da base política do governo que conduz no mais das vezes à paralisia. A resposta repressiva é consequência lógica da inércia da máquina estatal frente à indefinição de projetos que resulta das várias "leituras" da questão da participação. Dos fisiológicos, que não se sentem por ela concernidos ou que a entendem clientelisticamente, à esquerda tradicional que vê nos movimentos sociais *frentes* de intervenção na ótica da "correia de transmissão do partido", passando pelo comunitarismo conservador democrata-cristão até propostas mais sofisticadas de origem acadêmica, persiste uma visão marcadamente *estatista*, ainda que suas diferenças internas sejam nítidas.

A leitura de alguns textos pode ser ilustrativa. Ao nível analítico aparece com certa frequência o ceticismo quanto às potencialidades dos movimentos sociais de incidir num processo mais amplo de democratização da sociedade e do Estado, na medida em que eles são *ultima ratio* reduzidos a suas demandas específicas.<sup>4</sup> No limite, a relação Estado-movimentos sociais se transforma em um problema quase técnico de capacidade (ou não) de atendimento das reivindicações. Como os recursos são "escassos" e as demandas "múltiplas" chega o momento em que, como dizia com sombrio realismo um professor, "tem de se mandar a polícia, mesmo", aludindo à incapacidade que o Estado de São Paulo teria em atender, por exemplo, toda a demanda potencial de água e esgoto.

O curioso é que muitos desses análises, que tiveram o mérito de chamar a atenção para o problema da democrati-

zação do Estado, acabam por professar uma visão estreita de democracia, reduzindo-a à sua dimensão puramente institucional.

Na discussão do problema da participação dos trabalhadores nas empresas estatais, por exemplo, esta questão é vista apenas como expressão do "direito de influir", na medida em que "não requer que o poder se desloque", pois "nas empresas estatais não se trata de modificar as relações entre capital e trabalho por meio da redistribuição cogestionária do poder". A questão do poder se resolve "no âmbito da sociedade global, por meio da constituição e funcionamento adequados do regime democrático"<sup>5</sup>, reduzido à sua dimensão representativa.

A democracia aparece confinada à esfera estatal e, como consequência, seus instrumentos de consecução se limitam aos partidos atuando nas instituições. Com isso, acaba-se por partilhar uma visão tradicional de concentração do poder que aparecia superada na crítica das teses "clássicas" que condicionavam toda mudança social e política ao prévio assalto à fortaleza do Estado.

A participação passa a ter uma função apenas lubrificante, servindo para atenuar as asperezas da organização empresarial, símiles no setor estatal e privado. Frente a essas concepções, e em oposição a elas, é que deve ser entendida a frase de "Lula" pronunciada há alguns anos quando afirmava que no Brasil a democracia pára na porta da fábrica.

Se a democratização implica o enfrentamento da questão do poder e se este poder se encontra *também* disperso nos mais distintos poros da sociedade, é impossível não pensar a participação como processo de mudança das relações de poder onde ele se manifeste. Que isso signifique tensões, que conflitos surjam entre representação e participação, que as funções dos sindicatos e dos partidos sejam frequentemente atravessadas pelos processos participativos, tudo isso é evidente, constituindo-se basicamente em mais desafios a uma hoje tão necessária invenção democrática.

Não deixa de ser sugestiva a percepção que os trabalhadores das empresas estatais paulistas têm sobre a questão expressa em muitas eleições até agora realizadas — no Metrô, na CESP, no Banespa —, onde o projeto de participação montorista tem sofrido a profunda crítica das urnas.

<sup>5</sup> Todas as citações foram tiradas de MARTINS, Carlos Estevan, "Participação nas empresas do Estado", revista *Lua Nova*, vol 1, n.º 2, São Paulo, julho-setembro 1984, pp. 91-93. Ver do mesmo autor, "Democratismo: avesso da democracia", *Folha de São Paulo*, 5 de julho de 1984, p. 3.

<sup>4</sup> CARDOSO, Ruth, *op. cit.*

### Democracia & Descentralização

A democratização do Estado, à qual se vincula de tão perto o problema da descentralização, enfrentou enormes desafios, a maioria dos quais não recebeu as respostas anunciadas durante a campanha eleitoral.

É importante reconhecer resistências em alguns domínios particulares como, por exemplo, o da segurança pública e o das prisões. Os dois casos revelam, um, negativamente, o outro, positivamente, experiências no campo da democratização do Estado.

No processo de reforma do sistema penitenciário, que avança com dificuldades mas de forma positiva e inovadora, o governo soube não só ser sensível às demandas que partiam do universo carcerário, criando mecanismos efetivos de participação, como se apoiou em organismos da sociedade civil — Comissão Justiça e Paz e Comissão Teotônio Vilela, por exemplo — cuja reflexão e ação concreta haviam propiciado a criação de alternativas às políticas até então praticadas nesse campo, dominadas por uma histeria fascistoide na repressão às "classes perigosas".

É surpreendente, no entanto, que a mesma decisão não tenha existido no enfrentamento do problema policial, onde os zigue-zagues têm sido a nota dominante. A queda do delegado-geral Maurício Guimarães, que na expressão de um intelectual peemedebista representava a "vitória do aparelho de Estado sobre o governo", interrompe o processo dito de humanização da polícia, consagrando a vitória de setores visivelmente vinculados aos organismos federais de repressão política e às camarilhas que operam no interior da corporação às quais o delegado vinha combatendo sistematicamente.

Pouco a pouco volta-se à rotina da repressão que se acentuou nestes últimos vinte anos no Brasil. A ROTA, por algum tempo contida, recupera seu esplendor e exibe performances comparáveis às do período Maluf; sucedem-se os "acidentes" nas delegacias de polícia e a impunidade de um "cabo Bruno" (localizado por uma emissora de TV mas não pelo Serviço Especial da PM) emula outros justiceiros da corporação, na baixada santista e alhures. A Secretaria de Segurança não pode invocar a seu favor sequer uma maior eficácia de sua ação que se traduzisse em uma diminuição dos índices de criminalidade.

A importância dessa questão é tanto maior na medida em que os problemas da segurança pública se transformam em um terreno fértil no qual se movem com desenvoltura aventureiros de direita à cata dos pretextos para o retorno ao autoritarismo puro e duro. A complacência eventual com esses setores — atestada nos elogios do governador a Gil Gomes, por exemplo — não serve em nada ao "apaziguamento". Pelo contrário, é o alimento que nutre as serpentes negras que renascem nos porões de uma direita hoje na defensiva, povoando o imaginário popular de "soluções" para os problemas da violência.

Mas mesmo no campo da democratização das instituições e das práticas institucionais, os avanços são quase nulos. Alguns episódios são emblemáticos: a escolha do prefeito de São Paulo é um deles; as relações com o Legislativo e a metodologia de formulação orçamentária são outros, o que tem muito a ver com a descentralização.

Confrontado com a necessidade de indicar o prefeito para a capital, uma vez que a emenda Benevides não foi votada pelo Congresso, o governo estadual acabou por adotar uma decisão solitária, sem cumprir, nem formal, nem informalmente as promessas de consulta à sociedade civil que o então candidato Montoro havia feito durante a campanha eleitoral.

Já na formulação orçamentária, recuperaram-se os mecanismos imperiais tão caros ao ministro Delfim Netto. Elaboração também solitária da proposta, escudada na competência técnica de seus formuladores, que priva a Assembléia Legislativa, submetida aos mecanismos autoritários do decurso de prazo, de um exame substantivo da proposta que orientará investimentos e políticas públicas do Estado. Não é de surpreender, assim, que a Assembléia Legislativa sofra a tentativa de se transformar em um clube de debates ou em conglomerado de comitês pela reeleição de seus integrantes e que a ação de parlamentares combativos acabe por ter reduzida influência nos rumos da administração.

Um projeto conseqüentemente democrático, preocupado em restaurar as prerrogativas do Legislativo ao nível federal, poderia e deveria ser aplicado em São Paulo. Ainda que não seja uma exigência legal, e aqui a título puramente de exemplo, a Assembléia deveria estar também concernida pela discussão orçamentária

das empresas estatais, cuja importância dispensa maiores comentários.

Da concentração "tradicional" de poderes operada nos primeiros meses pelo grupo familiar do governador à concentração "moderna" do "primeiro ministro" Roberto Gusmão pouco sobra da descentralização, mesmo aquela entendida na sua dimensão fisiológica e clientelística, o que explica os constantes reclamos de muitos parlamentares governistas em relação ao Executivo.

### **São Paulo maior (ou menor?) do que a crise**

Já foi indicado no início o fato de que a proposta Montoro havia sido formulada não no desconhecimento da crise, ainda que ela não fora tão intensa em 1982, mas a partir da necessidade de utilizar os recursos do Estado de forma alternativa, e de que fossem atingidas metas sociais inadiáveis, como seria o caso do enfrentamento do desemprego.

Se é impossível desconhecer os condicionantes federais que pesam sobre a formulação da política econômica e financeira do Estado de São Paulo, não é lícito, por outra parte, transformar esta em mero epifenômeno das decisões tomadas por Delfim-Galvêas-Pastore. O que não pode ser ocultado é a ausência de um plano consistente de criação de empregos, tal como havia sido anunciado durante a campanha eleitoral. Da mesma forma, é impossível soslaiar as dificuldades em que se encontram vários secretários quando se vê que as despesas fixadas para 1984 mantêm na área da *agricultura e abastecimento* a tendência à queda da participação percentual que se registra desde 1979, ou na *educação*, onde a participação percentual é igual a de 1980, mas inferior a de 1979, ou, ainda, na área da *saúde*, onde, em valores reais, a verba destinada é igual à média de 1979-1982.<sup>6</sup>

### **Fatos se avolumam nestes dezoito meses**

A resistência mesquinha frente a demandas legítimas dos professores do segundo e primeiro grau leva centenas de milhares de mestres às ruas e acaba por derrubar um secretário de Educação pouco sensibilizado para a crise profunda que afetava o setor.

Técnicos da Secretaria do Trabalho, subestimando as tensões que se vinham avolumando no campo e que explodiriam

nas manifestações dos trabalhadores bóias-frias, são capazes de decantar as virtudes do sistema de corte de cana de "sete ruas", pondo o critério da produtividade acima de qualquer outro.<sup>7</sup>

Contrariando todas as evidências, a Secretaria do Planejamento subestima a arrecadação, criando disponibilidades financeiras consideráveis fora das rubricas orçamentárias o que dá ao Executivo um poder desmesurado na distribuição de verbas segundo critérios não controláveis pelo Legislativo.

Cria-se um Conselho da Condição Feminina mas se implementa uma política de creches privatista e conservadora ou não se aplicam os anunciados planos de saúde para a mulher.

Estes pontos, somados ao marasmo na área da cultura não chegam a compensar os acertos já assinalados no setor penitenciário ou mesmo em algumas iniciativas no campo da reforma agrária.

Os impasses da experiência Montoro não podem ser fator de regozijo para ninguém, a não ser para aqueles que nos últimos vinte anos têm tentado exaltar as virtudes da eficácia administrativa do autoritarismo. Bem ou mal, o governo do PMDB se insere neste laboratório político do período de transição, que deverá oferecer lições fundamentais para o projeto de construção da democracia no país. Seu conservadorismo e paralisia estão a mostrar que os problemas que enfrenta a sociedade brasileira ultrapassam em muito a simplicidade das fórmulas de mera volta ao estado de direito e reestabelecimento da moralidade pública.

O fortalecimento da democracia, indispensável para a realização de um governo que expresse as amplas maiorias, supõe que estas amplas maiorias estejam efetivamente presentes na condução, não somente através dos mecanismos clássicos da representação mas, sobretudo, através de canais efetivos de participação sobre os quais ainda não se tem clareza absoluta. A campanha das eleições diretas revelou, para quem ainda não estava convencido, o potencial político da sociedade brasileira e de São Paulo para a construção democrática. É preciso tirar conseqüências práticas deste fato, o que está longe de ter sido feito.

<sup>7</sup> Cf. Pedido de informações do deputado Anísio Batista, contido em requerimento 614/83 de 26 de maio de 1983.

<sup>6</sup> Cf. declaração de voto na Comissão de Finanças e Orçamento da Assembléia Legislativa sobre o Projeto de Lei n.º 488 de 1983 e respectivas emendas, feita pelo deputado Geraldo Siqueira.

Marco Aurélio Garcia é professor do depto. de História da UNICAMP. Diretor do Arquivo de História Social "Edgard Leuenroth".